

**Exclusivo**

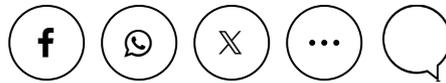
IMPOSTOS

# Contribuintes não desistem dos tribunais, nem à lei de incentivos



Foto Getty

Incentivo criado há um ano para incentivar desistências dos tribunais administrativos e fiscais teve fraca adesão. Ao todo, foram extintos 350 processos, com os tributários em minoria. As pendências nos tribunais tributários têm vindo a diminuir mas contribuintes continuam a esperar mais de três anos (em média) por uma sentença



11:04



**Elisabete Miranda**  
Jornalista



**Carlos Esteves**  
Jornalista infográfico

O incentivo criado há um ano para convencer empresas e cidadãos a desistirem dos processos judiciais contra o Estado praticamente não fez mover o ponteiro das crónicas pendências nos tribunais administrativos e fiscais. No espaço de um ano foram extintos apenas 350 processos e, na sua maioria, na área administrativa. Nos tribunais tributários os contribuintes mantêm-se firmes na contestação à Autoridade Tributária, e, apesar da maior agilidade dos julgamentos, o tempo médio de espera continua acima dos três anos.

Os contribuintes que entre maio e setembro de 2026 desistam de processos judiciais contra o Estado (fisco incluído) têm direito a um desconto de 25% nas custas judiciais. A medida faz parte de um pacote legislativo (mais um) apresentado para reduzir os atrasos históricos nos TAF, mas, até agora, poucos se deixaram seduzir.

Segundo dados facultados ao Expresso pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), entre maio do ano passado e meados de junho deste ano, “foram extintos 350 processos ao abrigo do regime excecional de incentivo à extinção da instância”, no valor de 81,6 milhões de euros. Trata-se, na sua maioria, de processos administrativos (cerca de 90%), estão sobretudo concentrados em Lisboa e no Porto, e apresentam prazos muito dispare: há desistências de processos com 13 dias, e há-os com 3.597 dias (cerca de 10 anos).

**“Não é um desconto de 25% na taxa de justiça que vai fazer um contribuinte desistir de um processo”, diz Susana Estêvão Gonçalves, sócia da Pérez-Lorca**

Numa jurisdição onde há mais de 50 mil processos pendentes o número de desistências fica-se pelos 0,7%, um valor irrisório, mas nem por isso surpreendente para os advogados. “Não é um desconto de 25% na taxa de justiça que vai fazer um contribuinte desistir de um processo”, diz ao **Expresso** Susana Estêvão Gonçalves, sócia da Pérez-Lorca. António

Schwalbach, da Pares Advogados, acompanha-a: “Um contribuinte com um bom mandatário não vai a tribunal para adiar o pagamento do imposto. Vai porque acha que tem razão”.

## **“Um contribuinte com um bom mandatário não vai a tribunal para adiar o pagamento do imposto. Vai porque acha que tem razão”, diz António Schwalbach, sócio da Pares Advogados**

Nos casos tributários, a medida pode ser aproveitada “em casos de contencioso em massa em que há existe um precedente que mostre que o contribuinte perde a ação com elevada probabilidade”, mas não mais do que isso, diz o advogado. Até porque, acrescenta Susana Estêvão Gonçalves, ao contrário dos processos administrativos, onde pode haver acordos de desistência, nos fiscais a “indisponibilidade do crédito tributário impede a AT de negociar com o contribuinte”.

---

## **LISBOA E PORTO LIDERARAM NÚMERO DE EXTINÇÕES**

Triunais onde foram extintos mais processos em %

TAC LISBOA		88,06
TAF PORTO		50,51
TAF AVEIRO		38,13
TAF LEIRIA		35,6
TAF ALMADA		30,3
TAF BEJA		28,79
TAF LOULÉ		22,72
TAF PENAFIEL		20,2
TAF SINTRA		18,19
TAF MIRANDELA		18,18
TAF BRAGA	11,11	
TAF COIMBRA	10,17	
TAF VISEU	8,48	
TAF CASTELO BRANCO	7,62	
TT LISBOA	5,97	
TAF FUNCHAL	2,99	
TAF PONTA DELGADA	2,99	

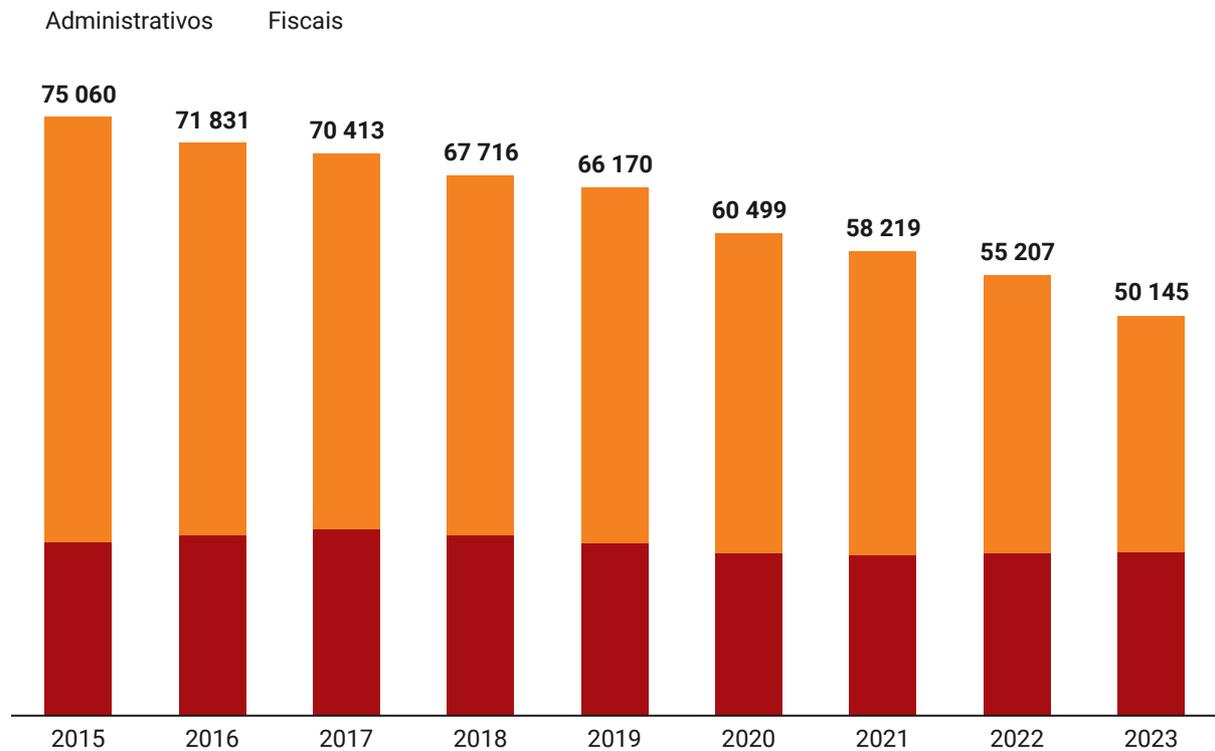
Fonte: Conselho Superior dos TAF, a partir no SITAF • Criado com [Datawrapper](#)

## PENDÊNCIAS FISCAIS CAEM 40%, TEMPO DE ESPERA NÃO DESCOLA

As pendências nos TAF têm vindo a reduzir-se e a taxa de resolução de processos tem evoluído, com os juizes a decidirem mais casos do que os que dão entrada. No final de 2023 havia nos TAF de primeira instância 50.145 processos pendentes, menos 33% do que em 2015, com a redução a ficar a dever-se sobretudo aos tribunais tributários: os 29.608 casos que estavam por resolver no final do ano passado (os restantes 2.537 são administrativos) eram menos 40% do que oito anos antes.

## PENDÊNCIAS FISCAIS CAEM 40% EM OITO ANOS

Número de processos pendentes



Fonte: Estatísticas da Justiça • Criado com [Datawrapper](#)

O CSTAF atribui esta evolução à “não só ao esforço dos magistrados”, mas também “às medidas legais introduzidas pela reforma de 2018/2019”, como “o recrutamento anual de juizes, o que tem levado a um aumento gradual (ainda que insuficiente) do número de juizes nos tribunais de 1.ª instância, a constituição de equipas para a recuperação de pendências (em janeiro de 2019) e a criação de juizes de competência especializada em alguns tribunais de 1.ª instância (setembro de 2020), assim como a implementação de unidades orgânicas por correspondência aos juizes de competência especializada”.

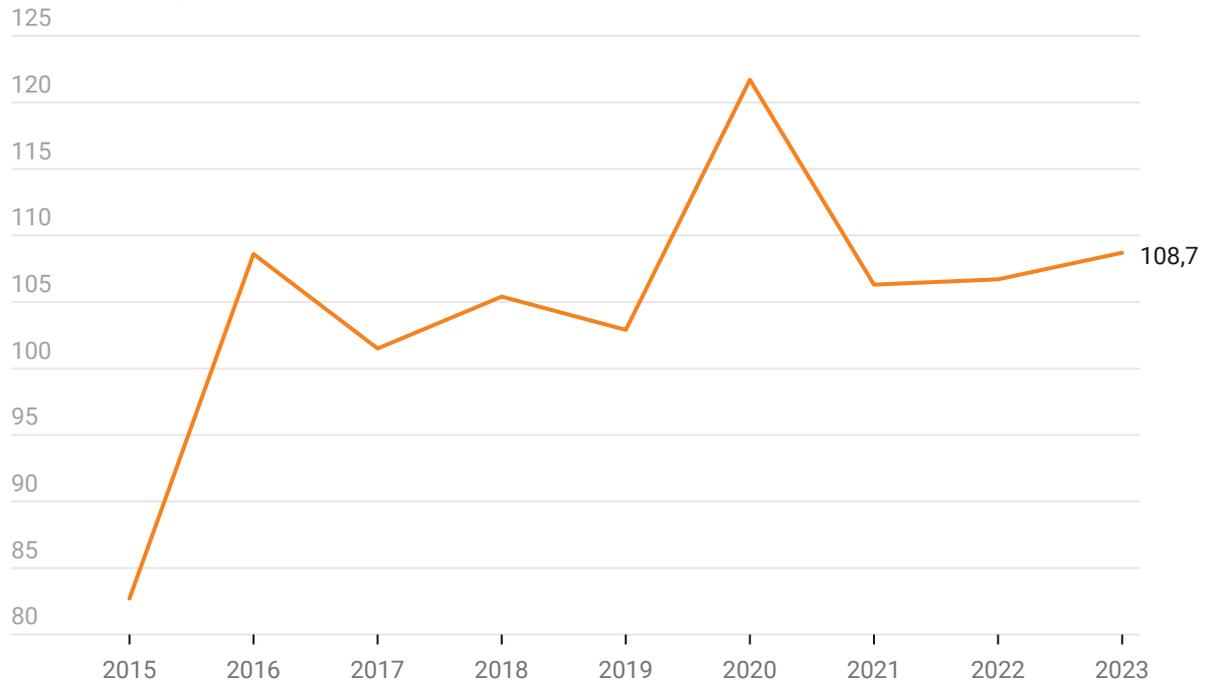
Diz ainda fonte oficial do CSTAF que “em setembro de 2022 foi possível colocar já alguns juizes nos Quadros Complementares de Juizes (bolsas de juizes) das quatro Zonas geográficas, ainda que não tenha sido possível o seu preenchimento na totalidade por falta de juizes, o que permitiu que alguns juizes que estiveram ausentes ao serviço por doença ou licença parental fossem substituídos, não tendo assim os respetivos processos ficado a aguardar o seu regresso ao serviço”.

Sobre o novo pacote de medidas anunciado no ano passado, além das estatísticas das desistências, poucas ilações há a tirar. “A criação das

subsecções especializadas dos tribunais centrais administrativos a medida ainda está em avaliação, não sendo possível extrair conclusões sobre a eficiência da mesma”, remata fonte oficial do CSTAF.

## JUIZES DECIDEM MAIS PROCESSOS DO QUE OS QUE ENTRAM

Taxa resolução 1ª instancia e superiores em %

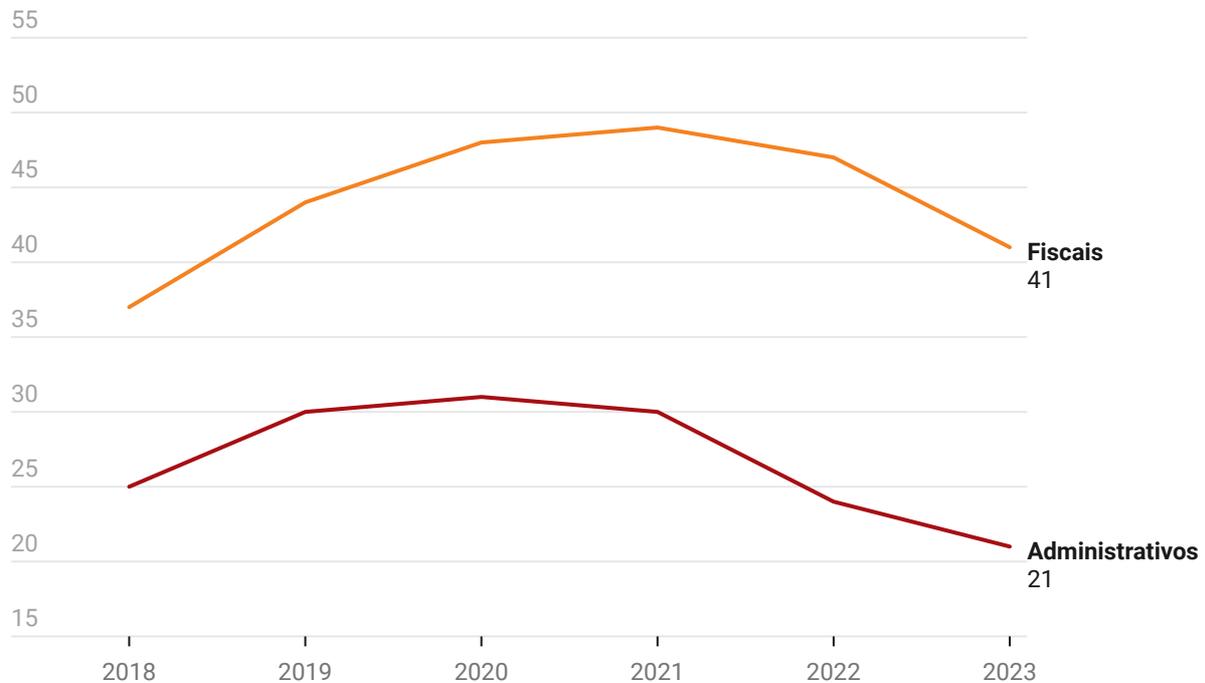


Fonte: Estatísticas da Justiça • Criado com [Datawrapper](#)

Apesar da progressiva redução de pendências, os tempos de espera continuam muito altos, com os indicadores da jurisdição bem longe de poderem ser consideradas aceitáveis. Nos tribunais administrativos, cidadãos e empresas esperam em média 21 meses por uma sentença; nos tributários esperam-se 41 meses (em média).

## PROCESSOS FISCAIS DEMORAM MAIS DE TRÊS ANOS

Duração média em meses



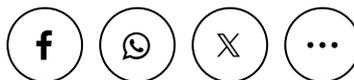
Fonte: Estatísticas da Justiça • Criado com [Datawrapper](#)

“Tem havido esforços, mas não há efetividade”, diz Susana Estêvão Gonçalves (da Pérez-Lorca). “As pendências continuam muito elevadas. Tenho processos pendentes há sete anos na primeira instância”.

António Schwalbach faz uma avaliação análoga. “Há TAF muito rápidos, como o de Loulé, mas há outros, como Sintra em Lisboa que levam muito tempo, especialmente nas impugnações”.

## RELACIONADOS

- Governo devolve 25% das taxas a quem desistir de processos fiscais e cria novo tribunal em Castelo Branco



Tem dúvidas, sugestões ou críticas? Envie-me um e-mail:

[emiranda@expresso.impresa.pt](mailto:emiranda@expresso.impresa.pt)